



CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
LUCIANA ANDREZZA BEZERRA ARAÚJO

ANÁLISE DO GRUPO “MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO” E SUA
ATUAÇÃO SIGNIFICATIVA NAS ELEIÇÕES 2018

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

ANÁLISE DO GRUPO “MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO” E SUA
ATUAÇÃO SIGNIFICATIVA NAS ELEIÇÕES 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, como requisito para a obtenção de grau de bacharelado em Psicologia.
Orientador: Alex Figueirêdo da Nóbrega.

LUCIANA ANDREZA BEZERRA ARAÚJO

**ANÁLISE DO GRUPO MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO E SUA ATUAÇÃO
SIGNIFICATIVA NAS ELEIÇÕES 2018**

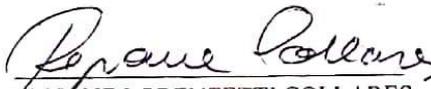
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do curso de Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para
obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 05 / 12 / 19

BANCA EXAMINADORA


ALEX FIGUEIREDO DA NOBREGA
Orientador(a)


MOEMA ALVES MACEDO
Avaliador(a)


REGIANE LORENZETTI COLLARES
Avaliador(a)



Scanned with
CamScanner

ANÁLISE DO GRUPO “MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO” E SUA ATUAÇÃO SIGNIFICATIVA NAS ELEIÇÕES 2018

Luciana Andreza Bezerra Araujo¹
Alex Figueiredo da Nóbrega²

RESUMO

O presente trabalho tem como seu objetivo principal analisar o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro nas eleições 2018 e como objetivos específicos procura-se analisar o conteúdo produzido pelas participantes do grupo em torno do período eleitoral brasileiro compreendido entre o primeiro e segundo turno em outubro de 2018, compreender como as mulheres participantes do grupo pensam, agem e discutem as condições políticas, sociais e culturais da sociedade em que estão inseridas no recorte do período eleitoral com base nos descritores: “Política”, “Direitos”, “Feminismo” e “Voto” e por fim ampliar a reflexão sobre o espaço da mulher na política brasileira. A metodologia se baseia em uma pesquisa: a) de caráter bibliográfico, tendo como fontes livros, publicações periódicas ou impressos diversos, e b) análise de conteúdo baseada na obra de Bardin (2011). Assim, gradualmente, na segunda etapa foram realizados os levantamentos de dados para análise, centrados na página do Facebook, do tipo grupo. A análise concentra-se no material coletado no período de 07/10/18 a 28/10/18. Após o levantamento, o critério de seleção das postagens se deu por postagens que apresentem número de curtidas/comentários e/ou compartilhamentos maior que 1 milhão. Foi produzido pelo grupo um volume de 47 postagens que se enquadram no recorte temporal e no critério de seleção desta pesquisa. O material foi separado por meio de descritores, dessa forma sobre o descritor “Feminismo” foram selecionados 3 posts, sobre “Direitos” 15 posts, sobre “Política” 10 posts e por fim sobre “Voto” foram selecionadas 19 postagens. Concluiu-se que a participação das mulheres nas eleições foi fator importante pelo posicionamento contra os retrocessos, cabe aqui ressaltar primeiramente a organização de um movimento unificado por meio das redes sociais, tendo esta como importante instrumento para dar visibilidade às pautas sociais. Em segundo lugar o fato das mulheres terem assumido o protagonismo das eleições se colocando como o grupo que poderia salvar o Brasil da ascensão da extrema direita e do fim da democracia. Por fim concluiu-se que a imagem de Bolsonaro para as mulheres representa principalmente o medo da violência, do regresso ao estado de submissão, o retorno para uma sociedade pautada na censura e no abismo intelectual.

Palavras-chave: Mulheres. Política. Mulheres Unidas Contra Bolsonaro. Eleições 2018.

ABSTRACT

The present work has as its main objective to analyze the group "Women United Against Bolsonaro" in the 2018 elections and as specific objectives we seek to analyze the content produced by the group's participants around the Brazilian electoral period between the first and second rounds in October 2018, to understand how the women participants in the group think, act and discuss the political, social and cultural conditions of society in which they are inserted in the electoral period based on the descriptors: “Politics”, “Rights”, “Feminism” and “Vote” And finally broaden the reflection on women's space in Brazilian politics. The methodology is based on a research: a) of bibliographic character, having as sources books,

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: luuhcianaarauo@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: Alexfigueiredo@leaosampaio.edu.br

periodicals or various printed publications, and b) content analysis based on the work of Bardin (2011). Thus, gradually, in the second stage, data analysis was conducted for analysis, centered on the Facebook page, of the group type. The page was chosen because it is an exponent in the national media during the 2018 Brazilian elections. The analysis focuses on the material collected from 10/07/18 to 10/28/18, this being the period in which the first and presidential elections, respectively. A volume of 47 posts were produced by the group that fit the time frame of this research. The material was separated by descriptors, so on the descriptor “Feminism” 3 posts were selected, on “Rights” 15 posts, on “Politics” 10 posts and finally on “Vote” 19 posts were selected. It was concluded that the participation of women in the elections was an important factor for several reasons, it is worth mentioning first the organization of a unified movement through social networks, having as an important instrument to give visibility to the social agenda. Secondly, the fact that women have taken the lead in the elections by placing themselves as the group that could save Brazil from the rise of the extreme right and the end of democracy. Finally, it was concluded that Bolsonaro's image for women represents mainly the fear of violence, the return to the state of submission, the return to a society based on fear, censure and the intellectual abyss.

Keywords: Women. Politics. Women United Against Bolsonaro. Elections 2018.

1. INTRODUÇÃO

Os marcos históricos relacionados às conquistas das mulheres ainda são poucos, porém extremamente significativos, muitas conquistas embora hoje comemoradas, foram alcançadas em detrimento do sofrimento, da vida e morte de outras mulheres. A crise brasileira iniciada com os protestos de rua em junho de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 finalizando com a eleição de um presidente de extrema-direita, marcaram o reaparecimento de um período de caráter conservador no Brasil, ameaçando assim a jovem democracia brasileira como também os direitos das minorias e mulheres. Almeida (2019, p. 185) aponta que o debate público nomeia este processo social como uma “onda conservadora”, no qual se articulam em níveis diferentes, pelo menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante. As eleições de 2018 suscitaram movimentos de polarização que permearam principalmente a disputa presidencial, porém também penetraram as disputas eleitorais de base. Os debates entre partidos de esquerda e extrema direita tomaram maior proporção pelas redes sociais, dessa forma as fakes news tornaram-se uma preocupação central durante o processo eleitoral. Segundo Karczeski (2018, pag. 29) as fake news mobilizaram esforços do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e diversas iniciativas de fact-checking. Além de regulamentar a propaganda política no Facebook, o TSE empenhou-se em esclarecer os eleitores sobre a veracidade de informações compartilhadas acerca dos candidatos através da sua página oficial.

As redes sociais também foram fatores importantes na criação e disseminação de grupos de apoio a partidos de todos os matizes ideológicos. Naturalmente, muitos deles promoviam manifestações, tanto contrárias quanto favoráveis, em torno da figura do então candidato Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) dentre os quais, destacou-se o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, devido ao seu rápido crescimento: após duas semanas de criação, já contava com cerca de dois milhões de membros e no primeiro turno das eleições já marcava aproximadamente quatro milhões de participantes. (KARCZESKI, 2018, pág. 32). A rápida união apartidária de milhões de mulheres se posicionando ferrenhamente contra a figura de Jair Bolsonaro, representante da extrema-direita nas eleições 2018, foi um fenômeno inédito do movimento de mulheres que transpassou a barreira digital, dando origem ao movimento #elenão, reivindicando a garantia dos direitos já conquistados, que se mostravam ameaçados perante as propostas do então candidato e tudo aquilo que sua figura representava segundo a descrição do perfil do grupo no Facebook.

Grupo destinado à união de mulheres de todo o Brasil (e as que moram fora do Brasil) contra o avanço e fortalecimento do machismo, da misoginia e outros tipos de preconceitos representados pelo candidato Jair Bolsonaro e seus eleitores. Acreditamos que neste cenário que em princípio nos atormenta pelas ameaças as nossas conquistas e direitos é uma grande oportunidade para nos reconhecer como mulheres. Esta é uma grande oportunidade de união! De reconhecimento da nossa força! O reconhecimento da força da união de nós mulheres pode direcionar o futuro deste país! Bem vindas àquelas que se identificam com o crescimento deste movimento. (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2019, on line).

Apresentado o contexto sociopolítico que motivou essa pesquisa, seu objetivo principal é analisar o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro nas eleições 2018 e como objetivos específicos procura-se analisar o conteúdo produzido pelas participantes do grupo em torno do período eleitoral brasileiro compreendido entre o primeiro e segundo turno, compreender como as mulheres participantes do grupo pensam, agem e discutem as condições políticas, sociais e culturais da sociedade em que estão inseridas no recorte do período eleitoral com base nos descritores: “Política”, “Direitos”, “Feminismo” e “Voto” e por fim ampliar a reflexão sobre o espaço da mulher na política brasileira.

Com o enfraquecimento do Estado Democrático de Direito, somados a discursos misóginos e racistas, bem como ao aumento de casos de feminicídio, torna-se necessário cada vez mais estudos sobre o movimento de mulheres na luta pela garantia e manutenção de direitos e a disputa pela ocupação de espaços sociais, profissionais, políticos e de tomadas de decisão. Dessa forma justifica-se a importância deste trabalho na sua compreensão sobre as conquistas do feminismo no âmbito político, espaço culturalmente machista e opressor,

justifica-se também por sua relevância como produção científica, apropriando-se da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações.

2. FEMINISMOS, HISTÓRIA E POLÍTICA

É imensa a minha alegria de estar aqui. Recebi hoje de milhões de brasileiras e brasileiros a missão mais importante de minha vida. Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade. (AZEVEDO, 2010).

Este é um trecho inicial do primeiro discurso de Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, após o resultado da eleição ainda em 2010. São muitos marcos históricos envolvidos neste período. Dilma Vana Rousseff foi eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil, sendo o Brasil o primeiro país de língua portuguesa a ter como chefe de Estado eleita democraticamente uma mulher, sendo esta reeleita em 2014 para um segundo mandato. Entretanto, foi também a primeira e única mulher a sofrer um processo de impeachment: em 31 de agosto de 2016 o senado cassou o seu mandato.

Ao contrário do discurso de Dilma Rousseff, o fato inédito de mulheres estarem na política ainda não se tornou um evento natural, continuando a ser um evento minoritário e que se mostra em risco diante dos últimos fatos que sucederam a deposição da ex-presidenta.

De acordo com dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2018, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,3% de homens e 51,7% de mulheres. (IBGE, 2019). A presença de mulheres no legislativo brasileiro é escassa. Segundo dados da Inter Parliamentary Union, o Brasil ocupava 154ª posição (no total de 190) no ranking de mulheres em parlamentos de primeiro de junho de 2017, com apenas 45 deputadas (10,7% do total de 513 cadeiras) e 12 senadoras (14,8% de 81 vagas). (REZENDE, 2016).

Historicamente foi negado a mulher representatividade e direitos de várias ordens, sociais, jurídicas ou políticas, sendo concebida apenas na perspectiva biológica como fêmea na função de reprodução, como Simone de Beauvoir questiona em *O Segundo Sexo*, obra escrita em 1949. O lugar da mulher na sociedade esteve sempre à margem, essa subordinação além de ser um fenômeno milenar e universal, constitui-se, também, na primeira forma de opressão na história da humanidade, o surgimento de uma consciência crítica feminista acerca

dessa opressão específica, começa a aparecer a partir do século XVII, se delineando com maior nitidez e amplitude somente nas últimas décadas. (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Nos últimos anos, os estudos sobre os feminismos vêm crescendo na tentativa de contemplar as várias camadas de mulheres que ainda vivem oprimidas nos mais diversos espaços sociais. Dessa forma para Costa (2005), o feminismo enquanto movimento social é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras das Revoluções Francesa e Estadunidense, dedicando-se em um primeiro momento, à demanda por direitos sociais e políticos. Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. (PINTO, 2010).

De acordo com Costa; Sardenberg (2008) o ideal de igualdade trazido pela Revolução Francesa, se refere a um conceito limitado, ou seja, sendo esta clamada para todos, na prática irá se instaurar só entre as classes abastadas. Ainda segundo as autoras, para as filhas e esposas dessa burguesia ascendente, igualdade e fraternidade só entre si. Liberdade, só entre os muros do espaço doméstico e vigiada, enquanto os direitos limitam-se aos de boa filha, boa esposa e boa mãe.

A Revolução Francesa representou uma amarga e seguramente inesperada derrota para o feminismo. Os clubes de mulheres foram fechados pelos jacobinos em 1793 e em 1794 proibiu-se explicitamente a presença de feministas em qualquer tipo de atividade política; fosse qual fosse sua tendência ideológica, compartilhavam o mesmo fim: a guilhotina ou o exílio. As mulheres não podiam subir nas tribunas, mas sim no cadafalso. A imprensa revolucionária da época explica muito claramente o porquê: haviam transgredido as leis da natureza abdicando de seu destino de mães e esposas, querendo ser “homens de Estado”. O novo Código Civil napoleônico, imitado depois por toda a Europa, cuja extraordinária influência chegou praticamente até nossos dias, se encarregaria de plasmar legalmente dita lei natural: converteu novamente o casamento em um contrato desigual, exigindo em seu artigo 321 a obediência da mulher ao marido e concedendo-lhe o divórcio apenas no caso de este levar sua concubina ao domicílio conjugal. (GARCIA, 2011, p. 49).

No século XIX o horizonte ético-político do feminismo do período foi o igualitarismo entre os sexos e a emancipação jurídica e econômica da mulher. Garcia (2011) destaca que o signo político do feminismo mudou na segunda metade do século, diante dos processos de urbanização e industrialização que se desenvolviam principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Proletárias e burguesas, envolvidas tanto nos movimentos socialistas quanto liberais, esboçaram uma nova estratégia política específica para a “questão feminina”.

A corrente do movimento feminista internacional identificada como sufragista caracterizou-se por sua moderação e reformismo. (COSTA; SARDENBERG, 2008). Jamais

se preocupou em analisar a contradição entre a incorporação da mulher ao mercado de trabalho e a tarefa principal que tanto defendiam (ser mãe) e as consequências que trariam à operária, que seria obrigada a arcar com dupla jornada. Os esforços dirigidos a convencer e persuadir os políticos da legitimidade dos direitos políticos das mulheres provocava piadas e indiferença. Como consequência, o movimento sufragista dirigiu sua estratégia a ações mais radicais. Muitas das militantes foram presas, protagonizaram greves de fome e muitas foram mortas. (GARCIA, 2011). É importante lembrar que a subordinação da mulher não se manifesta da mesma forma, ou no mesmo grau de intensidade, em sociedades, épocas ou classes sociais diferentes, tampouco é vivenciada, ou percebida, da mesma maneira ou grau de intensidade, mesmo por mulheres em condições histórico-sociais semelhantes. (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Após a conquista do voto em 1932, o período entreguerras está marcado pela decadência dos movimentos feministas. Garcia (2011) aponta que o feminismo foi dado como morto até que *O segundo sexo* (BEAUVOIR, 1967), consolida as bases teóricas para uma nova etapa da luta das mulheres. A autora estuda tanto as ciências biológicas quanto as humanas, da biologia ao materialismo histórico, traçando um panorama da cultura ocidental pelos mitos. Garcia (2011) aponta ainda que Beauvoir conclui que não há nada de biológico nem de natural que explique a subordinação das mulheres, mas sim uma construção social e inicia o segundo volume com a famosa afirmação:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p.9).

A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA: A LUTA PELO VOTO

Enquanto na Europa e depois nos Estados Unidos, procedia-se à revolução em todas as esferas da vida social, deslanchada pela revolução industrial, no Brasil e América Latina, ainda se vivia sob um regime colonial, escravocrata, patriarcal. (COSTA; SARDENBERG, 2008). No contexto brasileiro o pensamento feminista surge, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta, desde então, o feminismo no Brasil vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. (COSTA; SARDENBERG, 2008). A primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no

exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. (PINTO, 2010). Somente há pouco mais de 80 anos as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto, adotado em nosso país em 1932 e consolidado na Constituição de 1934. (BRASIL, 2015). Porém antes dessa conquista, muitas lutas estiveram envolvidas no processo, um passo significativo nessa luta deu-se em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, tendo à frente Leolinda Daltro, que desenvolveria campanhas de pressão próximas ao estilo violento das sufragistas inglesas. (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Na sequência, em 1927 o Rio Grande do Norte antecipou de forma pioneira o direito feminino ao voto. Lá foi registrada a primeira eleitora, Celina Guimarães Viana, que requereu o alistamento baseada no texto constitucional do estado que mencionava o direito ao voto, “sem distinção de sexo”. (BRASIL, 2015, p.16). Segundo Costa; Sardenberg (2008) a conquista do voto foi uma importante vitória para a Federação Brasileira de Progresso Feminino que tinha à sua frente Bertha Lutz, caracterizando-se como a primeira entidade de mulheres a nível nacional, tornando-se a principal responsável pela luta sufragista no Brasil. Ainda segundo as autoras no ano seguinte, é eleita para a Prefeitura Municipal de Lages, uma mulher, Alzira Soriano. A eleição de Alzira foi rechaçada a nível federal pelo Senado Nacional, claramente a luta das mulheres teria de ir muito além de uma igualdade jurídica.

No período em que lutavam pela conquista do voto as feministas eram ridicularizadas e vistas como incapazes de ocupar postos eletivos públicos. Um movimento parecido, portanto, com o que ainda se vê quando as mulheres buscam ampliar sua participação nos espaços políticos. (BRASIL, 2015, p.18).

A luta pelo sufrágio feminino seguiu até 1932 quando teve suas reivindicações atendidas pelo novo governo, implantado pela revolução de 1930 que levou ao poder Getúlio Vargas, representando a burguesia industrial. Vargas em busca de apoio popular se consolidou através de uma série de medidas sociais, como a criação do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação e Saúde Pública, do sufrágio universal que garantiu o voto feminino, além de uma série de iniciativas que ampliaram os direitos dos trabalhadores, como o salário mínimo, a licença-maternidade, etc. (COSTA; SARDENBERG, 2008). Com o golpe militar de 1964, tanto o feminismo burguês quanto os movimentos de mulheres lideradas por organizações de esquerda, são silenciados juntamente com os demais movimentos populares no país.

De acordo com Bandeira e Melo (2010) mesmo com a conquista do voto e ingresso das mulheres no campo político, desde 1932/1934 até a publicação da Carta Constitucional Democrática de 1988, a presença das mulheres na política continuou sendo ainda muito

tímida. Ainda segundo as autoras o direito ao voto em 1932 não teve forças para superar a despolíticação das massas femininas e a Federação pelo Progresso Feminino (FBPF) e outras associações de mulheres que foram criadas quase desapareceram na vida política nacional.

ABRINDO A PORTA DA POLÍTICA: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E OS CENTROS DE DECISÃO DO PODER.

De acordo com Bandeira e Melo (2010) a lenta chegada ao estado de direito no Brasil, após a anistia em 1979, culmina no início dos anos 1980 com uma convocação à atuação das mulheres no espaço político. Segundo Araújo (2005) o acesso das mulheres à representação política e, particularmente, aos espaços legislativos vêm sendo objeto de inúmeros estudos acadêmicos a partir do início da década de 1990.

Sem dúvidas, a grande batalha da mulher ainda está relacionada à ocupação de espaços de poder, ou seja, de tomada de decisão, mesmo após anos de luta que culminaram com a ampliação significativa do protagonismo das mulheres na sociedade, perdura uma discriminação que mantém escassa a participação das mesmas nos espaços públicos. (BRASIL, 2015). Dessa forma, o poder segue dominado hegemonicamente por homens, campo no qual não há representatividade feminina efetivamente, dada a exiguidade de posições ocupadas por mulheres.

Em outras palavras, o poder sobre as decisões públicas, que deveria ser neutro em relação a gênero, é marcadamente masculino, o que resulta em pouca sensibilidade no mundo político diante de assuntos importantes para a qualidade de vida das mulheres. E, por outro lado, abala a representatividade das instituições políticas nas quais são tomadas as decisões que afetam a vida da nação. (BRASIL, 2015, p. 17).

De acordo com Araujo (2005) nas investigações sobre as razões dessa tímida representação, bem como sobre a viabilidade dessas novas estratégias, o papel e o lugar ocupado pelos partidos políticos, veículos tradicionais de acesso aos cargos eletivos, tornam-se objeto de atenção particular. Desde 1995, o Brasil possui legislação que prevê cotas eleitorais, reservando um percentual de candidaturas em eleições proporcionais para as mulheres. (IBGE, 2019). Contudo, apenas com a Lei n. 12.034, de setembro 2009, essas cotas tornaram-se obrigatórias, de modo que, em eleições proporcionais, haja no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo, por cada partido ou coligação partidária. (IBGE, 2019). De acordo com Araújo (2005) a política, de modo institucionalizado, é organizada e legitimada por meio de uma estrutura que tem na eleição de governantes e parlamentares, em geral por meio de partidos, o seu principal mecanismo legitimador. Ainda segundo a autora, o

poder político representativo é requisito e dado constitutivo da vida social moderna, e os partidos são organizados com vistas à disputa desse poder. Suas ações e políticas são orientadas, em última instância, pela busca de acesso ao poder, cujo canal de exercício e de disputa política é a representação parlamentar e/ou governamental.

Araújo (2005) aponta por fim que ao lado de posições ideológicas, são os cálculos eleitorais que influenciam na esfera organizacional, definem as estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos eleitorais. Alguns partidos políticos brasileiros também possuem cotas previstas em seus respectivos estatutos, tanto para a apresentação de candidaturas, quanto para a ocupação de cargos no interior da estrutura partidária. (IBGE, 2019).

Os partidos não são instituições fixas e imutáveis, estão em constante fluxo, adequando-se ao contexto político a que se vinculam. Nesse sentido, também refletem as características mais amplas de cada sociedade. (ARAÚJO, 2005). De acordo com dados do IBGE (2019) apesar da existência de cotas, em 2 de dezembro de 2017, o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional era de 11,3%. No Senado Federal, composto por eleições majoritárias, 16,0% dos senadores eram mulheres e, na Câmara dos Deputados, composta por eleições proporcionais, apenas 10,5% dos deputados federais eram mulheres. Paraíba, Sergipe e Mato Grosso não tinham nenhuma mulher exercendo o cargo de deputada federal na data. Segundo dados da Inter Parliamentary Union, o Brasil ocupava 154ª quarta posição (no total de 190) no ranking de mulheres em parlamentos (REZENDE, 2016).

Atualmente, com as eleições em outubro de 2018, subiu 20 posições no ranking comparado a 2014, porém ainda permanece na proporção baixa da lista, ocupando a 134ª posição. (INTERPARLIAMENTARY UNION, 2019). No que tange ao percentual de cadeiras em suas câmaras baixas (câmara de deputados) o Brasil com 513 assentos, tem apenas 77 ocupados por mulheres, representando 15% e na segunda Câmara ou Senado, dos 81 assentos apenas 12 são ocupados por mulheres, representando 14,8%. (INTERPARLIAMENTARY UNION, 2019). Outro dado importante sobre a participação das mulheres na vida política do país se refere a sua participação nos cargos ministeriais do governo. Em 13.12.2017, dos 28 ministros de Estado, apenas duas eram mulheres, o que representava 7,1%. Entre os dois ministérios ocupados pelas mulheres, um é efetivamente ministério (dos Direitos Humanos) e o outro goza de *status* ministerial, a Advocacia-Geral da União. (IBGE, 2019).

A participação nas esferas de poder completa-se quando se analisa o cenário relativo à presença feminina nos cargos Ministeriais e na chefia de Estado, no caso brasileiro só a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições presidenciais de 2010 alterou este quadro. (BANDEIRA E MELO, 2010). Durante a história democrática do Brasil, o governo Dilma foi o que teve o maior número de mulheres: 18 ministras durante os cerca de cinco anos e meio de governo. (PORTAL EBC, 2016). Em 121 anos de República a sociedade brasileira só teve 18 mulheres em pastas ministeriais como efetivas e interinas, onze destas Ministras foram nomeadas nos dois mandatos do Presidente Lula, até que apenas nas eleições de 2010, pela primeira vez uma mulher disputou o segundo turno eleitoral e foi eleita. (BANDEIRA E MELO, 2010). Em suma, o sistema partidário em geral e o contexto específico dos partidos políticos em particular, constituem variáveis que ajudam a entender não apenas a dinâmica da participação partidária, mas, sobretudo, os padrões de inserção das mulheres nas instâncias legislativas. (ARAÚJO, 2005).

O Brasil há muito discute a necessidade de mudanças no próprio sistema político-eleitoral por entender que as regras atuais não desempenham efetiva capacidade de garantir uma representação política afinada com as necessidades do eleitorado. (BRASIL, 2015).

No mundo, os três sistemas eleitorais mais praticados são: Majoritário: Também chamado de sistema de maioria, no qual, apurados os votos em uma determinada região ou circunscrição eleitoral, as candidaturas mais votadas são, em regra, eleitas para o mandato (exemplo no Brasil: eleição para presidência da República, governos estaduais, prefeituras e Senado). Proporcional: O número das pessoas eleitas é diretamente proporcional à votação obtida pelo partido ou coligação. O principal instrumento do sistema proporcional é o chamado quociente eleitoral, que é determinado dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo número de vagas a preencher em cada circunscrição eleitoral (exemplo no Brasil: eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores). Por tal sistema, procura-se assegurar a representação tanto das maiorias, quanto das minorias, em proporção compatível com os votos apurados. Misto: Procura associar as fórmulas dos modelos proporcional e majoritário nas eleições para o Legislativo, ou seja, elege-se parte pelo sistema majoritário dentro de uma circunscrição ou distrito previamente definido e outra parte pelo sistema proporcional por lista aberta ou fechada. (BRASIL, 2015, p. 27).

Considerando o sistema partidário em sua relação com o sistema eleitoral de cada país e o sistema de representação mais geral, há evidências de que os sistemas proporcionais são mais favoráveis às mulheres, seguido de misto e majoritários. (ZIMMERMAN & RULE, 1994; RULE, 1997; MATLAND, 2002; NORRIS, 2003; NORRIS & INGLEHART, 2003 APUD ARAÚJO, 2005). Em linhas gerais dentre os fatores que corroboram para isso, destaca-se o fato de que a não inclusão de pessoas oriundas de grupos sociais considerados

relevantes socialmente e com apelo eleitoral, como são as mulheres atualmente, poderia ser vista como discriminatória. (ARAÚJO, 2005). Observa-se que o problema das mulheres não reside tanto em conseguir serem indicadas candidatas e, sim, em conseguirem condições efetivas de competir tanto internamente nos partidos, com os que já detêm certa vantagem eleitoral, em seguida, externamente ao partido, no mercado eleitoral (NORRIS, 2003, APUD ARAÚJO, 2005).

As relações de gênero são construções, que, efetivamente, interdita o exercício parlamentar das mulheres, seja por atitudes explícitas, seja por ações sutis, que tendem a intimidar a participação das deputadas no trabalho cotidiano do legislativo, em especial, no uso da tribuna e intervenções no plenário. (FERREIRA, 2009, p. 72, APUD CASTRO, 2018, p. 43).

Para Castro (2018, p. 50) o tempo mostrou que a luta pelo direito ao voto foi fundamental para muitos dos avanços sociais, como a possibilidade de as mulheres também se tornarem elegíveis nos processos eleitorais, mesmo que a representatividade feminina, ainda seja mínima em diversos países.

Schwindt-Bayer; Mishler (2005 apud Rezende, 2016), apontam que parece haver, na discussão sobre representação política de mulheres, uma certa tensão entre representação descritiva e representação substantiva. De acordo com a autora por um lado, a representação descritiva remete à noção de representatividade em correspondência à representantes e representados, no que tange a representação de mulheres, o argumento é que mulheres seriam representantes mais adequadas do eleitorado feminino ou de que a presença de mulheres é relevante para garantir a representação de perspectivas compartilhadas pelas mulheres como um grupo estrutural (PHILLIPS, 1995; YOUNG, 2002, apud, REZENDE, 2016). Por outro lado, a dimensão substantiva da representação diz respeito à atividade de representar outrem, de modo que o que importa é como os representantes traduzem as preferências de seus representados nas decisões públicas.

Quando há uma significativa sub-representação das mulheres no momento da decisão final, as atenções se voltam não aos detalhes de compromissos políticos mas para a composição do grupo de tomada de decisão. A experiência política diz-nos que parlamentos total ou majoritariamente masculinos são maus juízes dos interesses, prioridades e preocupações femininas, e que a tentativa de basear esse julgamento em programas pré-acordados tem um efeito limitado. (...) Os representantes têm uma autonomia considerável, razão pela qual importa quem esses representantes são (PHILLIPS, 1995, p. 7. Tradução livre, APUD REZENDE, 2016, p.4).

Pensar a relação de representação das mulheres nos espaços públicos de decisão onde se concentram o poder que rege a sociedade, é fator importante para a compreensão de que ainda há uma necessidade não apenas de leis, mas também de conscientização, talvez seja esta

a conquista mais importante para os feminismos atuais. Adentrar aos partidos políticos foi apenas um início tímido, visto que como abordado, as mulheres mesmo no parlamento tem pouco poder de decisão nos cargos que ocupam, a cultura de discriminação ainda é um forte legado do machismo. Araújo (2005) aponta que no que diz respeito à dimensão ideológica, a literatura indica que o engajamento político das mulheres tem sido bem mais estimulado de certa forma pelos partidos de esquerda. Segundo a autora, o amplo estudo comparativo de Katz e Mais (1992), envolvendo 30 anos (1960-1990) de existência de organização de 79 partidos de democracias consideradas consolidadas, os partidos de esquerda foram os primeiros que incluíram algum tipo de norma interna voltada para a ampliação da participação feminina.

MULHERES EM REDE: AS MÍDIAS DIGITAIS COMO INSTRUMENTOS PARA CONQUISTA POLÍTICA.

A possibilidade de compartilhar dados na forma de dígitos combinada com a integração de processadores em redes de alta velocidade estabeleceu as condições ao longo do século XX, para o desenvolvimento de uma teia que veio a se tornar a internet. (Martino 2014). No cenário do século XXI, o movimento em rede se torna central na construção e constituição das relações na sociedade contemporânea. De acordo com Castells (2013) a contínua transformação da tecnologia e da comunicação na era digital, amplia o alcance dos meios de comunicação para os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, em constante mudança. Assim, Rodrigues (2016) aponta que a relação entre ser humano e a tecnologia tem alterado também a relação com a sociedade entre grupos sociais historicamente excluídos.

A conexão entre a mídia social da internet, as redes sociais das pessoas e a mídia tradicional tornou-se possível pela existência de um território ocupado que ancora o novo espaço público na interação dinâmica entre ciberespaço e espaço urbano. (CASTELLS, 2013). Martino (2014) faz uma distinção entre cultura e cibercultura, dessa forma, o autor aponta que o que separa a "cultura" da "cibercultura" é a estrutura técnico-operacional desta última: a cibercultura, a princípio, refere-se ao conjunto de práticas levadas a cabo por pessoas conectadas a uma rede de computadores. Adentrando ao debate sobre as articulações do movimento feminino em redes, observa-se que as pautas da luta das mulheres têm ganhado um novo fôlego no Brasil e no mundo desde que a informação difundida por redes sociais foi possibilitada. (RODRIGUES, 2016). Outro termo associado à cibercultura é o "virtual", assim Levy (1999) aponta para além do sentido técnico da palavra que tem sua ligação com a

informática, traz o caráter filosófico do termo, em suma para o autor, o virtual muitas vezes é empregado associado ao que é irreal, entretanto aborda que o virtual não está oposto a realidade, pois o virtual é algo que existe sem estar presente e que se concretiza sempre que é atualizado. (RODRIGUES, 2016). Assim, é virtual “toda entidade desterritorializada, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (LÉVY, 1999).

Nesse contexto da cibercultura, onde o ciberespaço diminui as limitações da presença física, as lutas das mulheres ganham novas formas, as redes sociais abrem possibilidades de manifestação, expressão e visibilidade para elas. (RODRIGUES, 2016). Castro (2018) no que tange ao ciberfeminismo, aponta que este é o novo cenário proporcionado pela internet para os debates e lutas das questões feministas de maneira mais ampla. Ainda segundo a autora não há como negar que se trata de uma nova cultura, assim sendo, “o ciberfeminismo achou na cultura da internet uma forma de sair da banalização e da pouca visibilidade dentro da sociedade” (AZEVEDO; NEPOMUCENO, 2016, p. 3 apud RODRIGUES, 2016).

Silva; Magalhães; Maropo (2017) apontam que a presença do feminismo no mundo digital situa o movimento politicamente num ciclo de novas oportunidades, por meio da construção de laços solidários entre mulheres e feminismos de todo o mundo. Ainda segundo as autoras a capacidade dos sites de redes sociais em contribuir para a comunicação facilitou a organização de ações coletivas de defesa e de promoção dos interesses que podem ser, quer de preservação de determinada ordem estabelecida na sociedade, quer de transformação.

Castells (2013) em seu livro *Redes de Indignação e Esperança* faz um panorama de lutas sociais onde o protagonismo das mulheres aliadas às ferramentas da internet foi potencializador da articulação da luta feminista. Dessa forma, como exemplo, contrariando a ideia ocidental de que o feminismo é exclusivo do Ocidente, as mulheres orientais tiveram participação representativa nas manifestações populares dos países que promoveram a “Primavera Árabe”. (RODRIGUES, 2016, p.46).

Por meio de blogs e transmissões ao vivo, as primeiras manifestantes mobilizaram demais mulheres a participarem na internet e encorajavam-nas também a se manifestarem nas ruas. As mulheres da “Primavera Árabe” exemplificaram como um movimento social iniciado na internet foi capaz de levar as mulheres dos espaços privados para os públicos, dos espaços virtuais para as ruas das cidades, a fim de se manifestarem politicamente contra seus governos e contra suas condições sociais desiguais (CASTELLS, 2013 APUD RODRIGUES, 2016, p.46).

Outros movimentos como o “8M” que ocorreu em 2017 em alusão ao Dia Internacional das Mulheres como protesto após a vitória de Trump, a “Marcha das Vadias” e a

tag “Eu não mereço ser estuprada”, são exemplos de movimentos que ganharam força nas redes sociais. A plataforma digital *Facebook*, ambiente no qual a pesquisa foi desenvolvida, é uma das mais importantes redes sociais nos dias atuais, pois têm-se mostrado como importante dispositivo de comunicação, mantendo bilhões de usuários no mundo (DRUM, 2017 apud CASTRO, 2018, p. 66). Na página oficial do Facebook, os grupos são definidos como espaços para a comunicação entre pessoas que compartilham determinados interesses, oferecendo uma plataforma para a discussão de tópicos em comum. (KARCZESKI, 2018).

3. METODOLOGIA

A metodologia passou a ser pensada de acordo com a observação da pesquisadora sobre o grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, criado em 30 de agosto de 2018, faltando 37 dias para o primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil. O presente projeto consiste em uma pesquisa: a) de caráter bibliográfico, tendo como fontes livros, publicações periódicas ou impressos diversos, e b) análise de conteúdo.

A escolha do método bibliográfico se justifica porque a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo conhecimento acerca do tema definido, considerando o conjunto de publicações já disponível. Dessa forma segundo Gil (1994) auxilia na construção, ou melhor, definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo, possibilitando um amplo alcance de informações.

Nesta etapa da pesquisa, os passos metodológicos utilizados foram a) levantamento do material bibliográfico, que se refere à classificação do material selecionado como fonte de pesquisa; b) leitura e reconhecimento do material bibliográfico seguindo os passos de leituras exploratórias, seletivas, reflexivas ou críticas e por fim interpretativas; c) organização lógica do assunto e redação do texto. Foram empreendidas buscas nos mecanismos virtuais especializados: Google Acadêmico, Scielo e BVS, com base na combinação dos seguintes descritores “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, “Política”, “Feminismo”, “Eleições 2018”.

Em paralelo à pesquisa bibliográfica, partimos também para a pesquisa qualitativa, por compreender que ela “é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (FLICK, 2009, p. 20). Assim, gradualmente, na segunda etapa foram realizados os levantamentos de dados para análise, centrados na página do Facebook, do tipo grupo. A página foi escolhida por ser um expoente nas mídias nacionais durante as eleições brasileiras 2018, alcançando um grande número de usuários, se tornando em seguida alvo de hackers.

A análise concentra-se no material coletado no período de 07/10/18 a 28/10/18, sendo este o período em que ocorreu o primeiro e segundo turno das eleições presidenciais respectivamente. Com relação às amostras, elas serão do tipo “Intencional e Por Intensidade”, pois seus elementos serão selecionados mediante um recorte temporal específico, no caso o período eleitoral. O instrumento de seleção será o próprio mecanismo de pesquisa e filtro do Facebook. Eis o quadro com a sistematização dos filtros do Facebook.

Quadro 1- Sistematização dos filtros do Facebook.	
Filtros	
Tipos de publicação:	Todas as publicações
Classificar por:	Publicações mais relevantes
Publicado por:	Qualquer pessoa
Localização marcada:	Qualquer Lugar
Data da publicação:	Outubro de 2018.
Fonte: Elaborado pela autora.	

Após o levantamento, o critério de seleção das postagens se dará por postagens que apresentem número de curtidas/comentários e/ou compartilhamentos maior que 1 milhão. Dessa forma será possível analisar o conteúdo produzido no grupo sobre os descritores Política, Direitos, Feminismo e Voto. O *Facebook* tem como opção a busca “dentro” de cada página ou comunidade, o que possibilita visualizar as curtidas, comentários e compartilhamentos em torno das palavras-chave escolhidas supracitadas. Por fim, para complementar a composição da metodologia, a Análise de Conteúdo será baseada na obra de Bardin (2011) de modo que esse método ajuda superar como aponta a própria autora “as incertezas de enriquecer a leitura” sobre a pesquisa e seu objeto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

BREVE DESCRIÇÃO DO OBJETO ATUALMENTE.

O grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro apresenta hoje configurações diferentes das apontadas aqui no período das eleições. Após votação com ferramenta de enquete disponibilizada na própria página, as participantes puderam decidir democraticamente o destino do grupo, assim passou a configurar-se como proposta de se tornar um partido político. Outro fator importante foi a mudança de nome do grupo, o mesmo passou a identificar-se como Mulheres Unidas com o Brasil, também por meio de votação interna, via enquete. Houve mudança também na descrição do grupo e número de participantes, atualmente o nome do então presidente Jair Bolsonaro não é mais citado no texto, a descrição

faz menção ao movimento #elenão, lema de luta da última eleição para o grupo, apontando a resistência que propõe ao novo governo, descrito como fascista. Em relação ao número de participantes, conta hoje com 2.459.628 membros.

O CONTEÚDO DO GRUPO: DA VIOLÊNCIA À UNIÃO.

Em relação à análise do material, foi produzido pelo grupo um volume de 47 postagens que se enquadram no recorte temporal desta pesquisa. O material foi separado por meio de descritores, dessa forma sobre o descritor “Feminismo” foram selecionados 3 posts, sobre “Direitos” 15 posts, sobre “Política” 10 posts e por fim sobre “Voto” foram selecionadas 19 postagens.

No conteúdo produzido pelo grupo durante o período de 7/10/19 à 28/10/19 pôde-se observar assuntos que se repetiram nas postagens, identificados por termos, frases ou palavras separados nas categorias A- relaciona-se a ideia de não gostar /rejeitar/odiar o PT. B- relacionam-se a violências em múltiplos espaços e contextos sofridos pelas mulheres e pessoas próximas. C- relaciona-se a posicionamentos de luta, sentimentos de esperança e resistência, defesa/proteção de outras mulheres em espaços diferenciados. D- relaciona-se a votos nulos: virados, desistentes, posicionamentos de cônjuges, amigos ou parentes a favor de Haddad. E- relaciona-se a percepção das mulheres à cerca da imagem de Bolsonaro e perda relacionamentos familiares por conta da eleição.

As cinco categorias elencadas foram marcantes como conteúdo produzido pelo grupo no período do pleito eleitoral, dessa forma serão detalhadas a seguir de modo a fornecer ao leitor maior entendimento sobre a abrangência das mesmas.

Na categoria A (A- relaciona-se a ideia de descrença, não gostar /rejeitar/odiar o PT). Apresenta-se um sentimento de rejeição tanto ao PT e seu representante no pleito Fernando Haddad, porém mesmo com um sentimento de descrença, as mulheres do grupo abrem mão de suas convicções políticas por um “bem maior” que seria evitar a eleição de Bolsonaro, as mulheres apesar de apontarem críticas ao PT também apontam qualidades do governo petista e de Fernando Haddad, assim buscam ressaltar as realizações do PT durante os anos de governo. Seguem, abaixo, alguns trechos selecionados dos posts:

...não sou a favor do PT e muito menos do coiso mas pensando melhor decidi que vou votar no haddad antes dele do que o coiso... (13/10/18).

...Se não acreditamos no partido dos trabalhadores de maneira integral, que possamos depositar nossa projeção contra o fascismo na força da mulher... (11/10/18).

... Podemos ter muitas críticas a política do PT, mas o Haddad não apoia discurso de ódio, de machismo, da homofobia. Haddad não apoia tortura nem ditadura. Haddad foi um bom ministro da educação, sou professora e acompanhei o trabalho dele na rede federal. Com o Haddad, temos a certeza que daqui a quatro anos poderemos escolher votar em quem quisermos... (11/10/18).

Na categoria B (B- relaciona-se a violências em múltiplos espaços e contextos sofridos pelas mulheres e pessoas próximas) as mulheres apontam situações diversas onde se viram intimidadas, coagidas, ameaçadas física e psicologicamente por eleitores de Bolsonaro tanto nas redes digitais quanto na esfera social. Há relatos principalmente de violências sofridas dentro da própria família, criando assim um sentimento de isolamento, buscando força no grupo tanto para desabafo tanto para recuperar esperanças e fazer novas amizades, criando novos vínculos.

... Estou sentindo que muitas mulheres deixam de postar algo a favor de Haddad em suas páginas, por medo de represálias... (11/10/18).

... Mas o bicho pegou, meu tio veio pra cima de mim, meu cunhado começou a falar mau de feminista, o negócio foi feio... (13/10/18).

... E ele gritou, “Filha da puta! É Salnorabo 17. Essas porra vão tudo morrer!”. (11/10/18).

A categoria C (C- refere-se a posicionamentos de luta e resistência, sentimentos de esperança, defesa/proteção de outras mulheres em espaços diferenciados) foi perceptível o sentimento de luta para que Bolsonaro não ganhasse o pleito e de resistência para lidar com as ameaças e violências físicas e psicológicas durante o período eleitoral, as mulheres assumiram a responsabilidade do pleito, se colocando como linha de frente na luta contra a figura de Jair Bolsonaro, contra o fim da democracia e dos direitos sociais. Há também a presença de um sentimento de união para proteção das mulheres em espaços diversos, englobando também a proteção na esfera virtual.

... Então temos que ajudar uma as outras e mostrar fora daqui que somos 3 milhões, vamos inundar as redes sociais... (11/10/18).

...Estado laico acima de tudo, democracia acima de todos... (25/10/18).

... Por um país que tenha paz e que não tenhamos medo de sermos quem somos independentes da origem e da orientação sexual (11/10/18).

Na categoria D (D- relaciona-se a votos nulos: virados, desistentes, posicionamentos de cônjuges, amigos e/ou parentes a favor de Haddad) os votos nulos e a descrença na imagem do PT foi o grande entrave que deveria ser superado pelo grupo, votos virados

significa que são virados para Haddad, ou seja ocorre uma mudança de opção de voto de Bolsonaro para Haddad, já os votos desistentes há uma desistência de voto em Bolsonaro mesmo não concordando com PT. Aqui há claramente a percepção de que o voto é o instrumento principal para alcançar os objetivos do grupo, após um período em que ocorre um processo de educação política feito pelas próprias mulheres dentro do grupo, é por meio dos votos virados, pela desistência de outras mulheres, parentes e amigos em votar nulo que aumenta a esperança na vitória de Haddad. Assim os votos deixaram de ser pensados em grande escala e o foco se voltava em virar pelo menos 1 voto em favor de Fernando Haddad.

...consegui mudar o voto da minha mãe... (21/10/18)

... Consegui virar 2votos! Agora sim: Eu sou o vira voto do Haddad! Rs. (27/10/18).

...Entender que votar nulo não é uma opção é crucial para ir ao contrário daqueles que criticaram o movimento #elenão.(10/10/18).

A última categoria E (E- relaciona-se à percepção das mulheres acerca da imagem de Bolsonaro e perda de relacionamentos familiares e afins por conta da eleição). Esta categoria se coloca como crucial na produção do grupo, pois é a percepção das mulheres sobre a postura, valores, planos políticos e personalidade de Bolsonaro que motivou o surgimento do grupo, culminando com o movimento #elenao. A postura de Jair Bolsonaro é ligada aqui a um regime fascista que irá destruir a democracia no Brasil. Sua imagem é atrelada a mentiras e fake news, à violência, à perda de direitos que não afetam apenas as mulheres mas as ditas minorias como um todo, principalmente a perda de liberdade.

... Ele está interpretando, esse novo papel até ganhar seu voto! As pessoas só vão conhecer a verdadeira face desse ser intolerante depois se ele for eleito. (10/10/18).

... mais de metade da população é composto por mulheres, as quais ele desrespeita... (10/10/18).

... O Brasil precisa de um líder inteligente e humanitário!que incentive e que coloque em prática ações de crescimento econômico, que não seja preconceituoso,que diminua a desigualdade social. (10/10/18).

As categorias apresentadas e aprofundadas demonstram que os conteúdos produzidos no período eleitoral tinham suas forças centralizadas em angariar votos ao candidato Fernando Haddad por meio da virada de votos nulos, para isso era necessário reverter a rejeição ao PT. Nesse contexto a violência sofrida pelas mulheres, negros, pobres LGBTQ+, indígenas e outras minorias tendo Bolsonaro como líder desse movimento se tornou a razão para que as mulheres se unissem sob a bandeira da resistência contra o avanço do candidato da extrema direita. Dessa forma, é possível perceber o sentimento de sororidade no grupo, assim as

convicções políticas de aversão ao PT foram canalizadas para movimento de resistência à Bolsonaro e tudo que ele representa, pensando na diversidade de mulheres, cada uma era atacada em um ponto pelas afirmações de campanha de Bolsonaro. Assim o que era pessoal em cada uma se tornou força política no grupo. A afirmativa “o pessoal é político” esteve presente em outro contexto quando as mulheres vistas como desajustadas por não sentirem-se parte do ideal de feminilidade perceberam que suas questões individuais ressoavam em coletivo. Para as feministas, esses “mal-ajustes”, e as dificuldades que as mulheres encontram na sua vida pessoal – familiar, afetiva, “privada” não são puramente pessoais, pois são compartilhadas pelas outras mulheres. (COSTA; SARDENBERG, 2008). No contexto das eleições 2018, o pensamento político individual passou a ser coletivo, quando a violência provocada pela representação de Jair Bolsonaro se tornou uma ameaça a tudo que possa fazer parte do campo democrático, dos direitos humanos, sociais e liberdade. Assim o conservadorismo e fundamentalismo religioso de Bolsonaro, coloca novamente a mulher nesse papel de mal-ajustada, devendo retroceder a figura de bela, recatada e do lar.

O QUE BOLSONARO REPRESENTA?

Bolsonaro foi durante 27 anos deputado federal pelo Rio de Janeiro, todos esses anos na vida pública não lhe renderam grandes projetos para o país. Almeida (2019, p. 1855) aponta semelhanças entre o pleito de 2018 e 1989, de modo que o discurso contra a corrupção de Jair Bolsonaro remetia à “caçada de marajás” de Fernando Collor, que igualmente lançou mão dos símbolos nacionais como a bandeira e as cores verde e amarela. Ainda segundo o autor, o discurso também foi de superação da velha política, à época, a de José Sarney e a do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (pmdb). Se não faltam semelhanças, também não faltam diferenças, Bolsonaro tem como base de sustentação as Forças Armadas, a Globo já não é o canal de televisão aliado, mas sim a concorrente evangélica, a Rede Record e suas referências religiosas principais foram a Bíblia e o cristianismo. (ALMEIDA, 2019, p. 200).

Bolsonaro abraçou a pauta dos costumes, articulando-se, de um lado, com uma base parlamentar evangélica e, por outro, com o eleitor evangélico, que sempre foi sensível às questões relativas ao corpo e aos comportamentos. Seu discurso foi contrário a praticamente todas as mudanças concernentes à sexualidade, gênero e reprodução das últimas décadas. É contra o aborto e as causas lgbt. Combateu a chamada “ideologia de gênero”, maior espectro que assombra a população mais conservadora, gerando uma espécie de pânico moral. “O pt é uma ameaça, um perigo”, ouviu-se dos que votaram em Bolsonaro, principalmente entre os evangélicos. (ALMEIDA, 2019, p. 205).

Em seu plano de governo não se apresentavam questões referentes a propostas progressistas de unificação, liberdade e igualdade. Sua força estava no discurso excludente, opressor, machista e moralista, de cunho neoliberal, visando privatizações. Família tradicional é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. (ALMEIDA, 2019, p. 208). Além disso Pereira (2019, p. 9) aponta que Bolsonaro apresentava uma plataforma de ataque aos direitos humanos, de profissão explícita de discursos de ódio, de defesa do livre armamento da população, de falas racistas, misóginas e sexistas. Ainda segundo o autor sua campanha defendia interesses de grupos do trinômio Bíblia-Bala-Boi. Bolsonaro representa cima de tudo para as mulheres a volta para o estado submisso, onde o ser mulher se reduzia a boa esposa, boa filha ou ambos. Como aponta Almeida (2019) o modelo economicamente liberal, moralmente regulador, securitariamente punitivo e socialmente intolerante, é a receita ideal para lançar novamente as mulheres ao rótulo de desajustadas, regressando à obscuridade de um sistema ainda mais opressor que retira direitos já conquistados das mulheres. Bolsonaro representa o retorno para uma sociedade pautada no medo, na censura, no abismo intelectual e na morte. A morte de Marielle Franco, feminista, vereadora negra e lésbica do PSOL assassinada no início de 2018 por sua defesa de esquerda é um emblemático, ao que tudo indica, crime político que dava indícios do que viria a seguir.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES

A participação das mulheres nas eleições foi fator importante por vários motivos, cabe aqui ressaltar primeiramente a organização de um movimento unificado por meio das redes sociais, tendo esta como importante instrumento para dar visibilidade às pautas sociais. Em segundo lugar, o fato das mulheres terem assumido o protagonismo das eleições se colocando como o único grupo que poderia salvar o Brasil da ascensão da extrema direita e do fim da democracia. O grupo teve sua divulgação feita pelas próprias mulheres que iam adicionando umas às outras, outro fator importante é que mesmo o grupo sendo “fechado” houve uma adesão extremamente rápida, contando ainda com um cuidado para não adicionar infiltradas ou perfis fakes. Se colocar como frente de batalha nas eleições ferrenhamente contra Bolsonaro não significou estar a favor de Fernando Haddad, mas apenas tê-lo como a única opção possível contra Bolsonaro. O protagonismo das mulheres ocorreu de modo autônomo, organizado e empoderado, sob a bandeira do #elenão o mundo todo tomou conhecimento do grupo e suas reivindicações.

Outra constatação interessante é que esse mesmo protagonismo não ocorreu quando a ex-presidenta Dilma foi deposta, não houve tal união de mulheres com um movimento tão organizado e forte no período em que ocorreu o impeachment de Dilma Rousseff, mesmo que a mesma e tantas outras fontes apontassem as faces de um golpe misógino, onde Dilma foi inocentada ao fim da investigação. De modo que, investigar sobre as diferenças de atuação das mulheres em dados momentos políticos históricos é importante para perceber como nós mulheres agimos, pensamos e compreendemos o momento sociopolítico que vivemos, de modo a abranger a percepção da sociedade sobre a participação das mulheres nos contextos políticos e de decisões públicas. Sobre o contexto do impeachment de Dilma e sobre o silêncio em relação à movimentos virtuais ou mesmo manifestações nas ruas, aponta Castro (2018) que nem mesmo as mulheres ativistas perceberam os discursos por trás do discurso, de modo que ainda teríamos maior dificuldade em nos unir para nos apoiar do que nos unir contra o machismo, representado pela figura do então eleito Bolsonaro, ou seja, é necessário um perigo iminente para que haja uma organização de grande porte por parte das mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro foi um expoente nas eleições 2018 por meio do ciberativismo, utilizando as redes sociais como instrumento de organização política para ampliar a força de suas reivindicações. Ao final deste trabalho, dentre os tantos desafios que permearam a construção desta pesquisa, a constatação de que as mulheres conheceram neste período eleitoral um novo rosto para a violência machista, misógina e sexista e que hoje é a autoridade máxima do Executivo afetam diretamente a percepção da autora na compreensão do que é ser mulher na vida política em uma sociedade machista e violenta como a nossa.

No que tange ao resgate histórico do feminismo por meio de uma breve explanação sobre o tema, por entender que não haveria como abranger toda a complexidade histórica que o assunto traz, foi possível compreender as bases do movimento de mulheres, seus anseios, lutas e reivindicações em contextos sócio históricos diferentes. Dessa forma a luta pelos direito ao voto foi o tímido início da participação das mulheres nas decisões da esfera pública. Em contrapartida, mesmo com a consolidação de leis que igualdade no que se refere aos direitos de participação política, as mulheres ainda lutam contra um fator que permeia as relações de gênero, que é o preconceito, a discriminação e o machismo estrutural.

A eleição de Dilma Rousseff foi um momento histórico para a luta das mulheres, acima de tudo pelo ponto de vista simbólico, ao passo que, uma mulher ao ocupar o mais

importante cargo político do país, escancarou o quanto ainda vivemos em um ambiente misógino e sexista em diversos setores, no sistema político em especial. (CASTRO, 2018).

A participação das mulheres nas eleições foi um momento significativo pela organização de um movimento unificado por meio das redes sociais, tendo esta como instrumento para dar visibilidade às pautas sociais trazendo as mulheres para o centro do debate eleitoral. Como também pelo fato das mulheres terem assumido o protagonismo das eleições se colocando como o grupo que poderia salvar o Brasil da ascensão da extrema direita e do fim da democracia.

Segundo o grupo, Bolsonaro é ligado diretamente ao estado de ameaça e violência, representa acima de tudo para as mulheres a volta para uma posição submissa, onde o ser mulher se reduzia a boa esposa, boa filha ou ambos, o retorno para uma sociedade pautada no medo, na censura e no abismo intelectual. Simone de Beauvoir já denunciava as bases dessa sociedade excludente e discriminatória quando apontou que Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados.

Por fim a participação das mulheres na esfera pública é fator importante para compreender como lutar por uma sociedade mais justa, menos violenta pautada na liberdade e respeito às diferenças em todas as instâncias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, Abril de 2019.

ARAÚJO, Clara: Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n.24, pp.193-215. ISSN 0104-4478. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013>>.

AZEVEDO, Reinaldo. **Primeiro discurso da Dilma eleita: “Zelarei pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa**. Revista Veja. 2010. <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/primeiro-discurso-da-dilma-eleita-8220-zelarei-pela-mais-ampla-e-irrestrita-liberdade-de-imprensa-8221>>. Acesso em 8 de setembro de 2019.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRASIL, SENADO FEDERAL. **Procuradoria Especial da Mulher**. Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da Mulher. 2015.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

CASTRO, Luciana Gouvêa Hage de. **GÊNERO E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEF: Uma análise de páginas de Facebook Feministas e de Mulheres Ativistas na Amazônia**. Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará. 2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes, Brasília, v. 7, 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria. **O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva**. In: COSTA, Ana Alice Alcântara;

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo** - São Paulo: Claridade, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

IBGE. Educa Jovem. **Quantidade de Homens e Mulheres**. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/material-de-estudo.html>. Acesso em 20/09/2019.

KARCZESKI, Louise Lima. **Mulheres em des(associação): um estudo antropológico sobre os mecanismos de formação das bolhas pró e contra Bolsonaro no Facebook**. Louise Lima Karczeski; orientadora, Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, 2018.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed 34, 1999.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Luís Mauro Sá Martino. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Rev. Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRAGMATISMO POÍTICO. **Página de Mulheres contra Bolsonaro gana um milhão de adeptas**. <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/09/mulheres-contra-bolsonaro-facebook-milhao.html>>. Acesso em 20/09/2019.

REZENDE, Daniela Leandro. **Representação de mulheres no legislativo federal brasileiro: uma comparação entre as bancadas femininas da Câmara dos Deputados e do Senado, 2013-2016**. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil. 2016.

RODRIGUES, Laís Modelli. **Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet** / Laís Modelli Rodrigues, 2016.

SARDENBERG, Cecília Maria (orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

SILVA, Marisa Torres da. MAGALHÃES, Mara. MAROPO, Lúcia. **FEMINISMO ONLINE NO BRASIL E EM PORTUGAL: um mapeamento do ativismo no Facebook. 2017**. Acesso em 15/09/2019.